

07 NOV 1998

AJUSTE FISCAL

Economia - Brasil

Governo poderá ter de recorrer à máxi se plano fracassar, diz consultor

Economista Carlos Winograd diz que uma excessiva alteração do pacote pode torná-lo inócuo

VLADIMIR GOITIA

Um eventual fracasso do Programa de Estabilização Fiscal (PEF), a desfiguração excessiva das metas propostas no ajuste ou até mesmo o risco de o pacote não ser aprovado pelo Congresso podem forçar o governo a pensar em novas alternativas econômicas. A reestruturação da dívida interna, alongando os prazos de vencimento, pode virar uma política inevitável. Essa situação, somada às pressões do mercado sobre a taxa de câmbio, também pode forçar o País a enfrentar uma maxidesvalorização do real. No entanto, se uma situação de grave crise desse tipo surgisse, o governo poderia redobrar a sua aposta: a reestruturação da dívida, a adoção de uma taxa de câmbio fixa e a conversibilidade, dado que o déficit fiscal tem de 4 a 5 pontos percentuais do pagamento de serviços da dívida pública.

O alerta é do economista Carlos Winograd, professor da Universidade Evry e do Delta, em Paris, ex-consultor da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e hoje consultor de algumas multinacionais. Winograd disse esta semana, em Buenos Aires, onde participou de conferências sobre a crise mundial e os efeitos nos principais países latino-americanos, acreditar que a alteração significativa no Programa de Estabilização Fiscal acabará por torná-lo inócuo, impedindo que o governo baixe as taxas de juros. "Além de comprometer a credibilidade do governo, interna e externamente, a trajetória da dívida ficaria insustentável", diz.

"Não imagino - com esse pacote de assistência internacional - uma explosão no curto prazo, mas haveria um processo de degradação na econo-

mia, que, eventualmente, acabaria em um novo ataque especulativo contra a economia brasileira e em uma nova onda progressiva de fuga de capitais", alerta Winograd. Para ele, o pacote de ajuda internacional deve reforçar a linha de defesa contra eventuais ataques. Mas, mesmo assim, o Brasil ficaria ainda em situação fiscal de grande fragilidade, já que qualquer inversão de trajetória do déficit fiscal ou influência negativa do cenário externo colocariam o País, de novo, na linha de tiro.

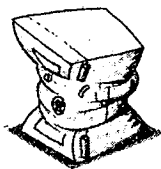
"O que o governo poderia fazer para acelerar o processo de convergência de câmbio real seria uma minidesvalorização adicional à regra de hoje; de, por exemplo, 7% de uma vez só e, depois, continuar com a regra dos 7% ao ano", explica Winograd. Mas, alerta, "isso só depois de o Plano de Estabilização Fiscal ser aprovado pelo Congresso, de o FMI assinar o pacote de ajuda financeira e de a economia entrar em um processo recessivo, o qual já se verificará no primeiro semestre do próximo ano". Por que não fazer, então, uma desva-

lorigação voluntária e preventiva já?

Winograd ainda tem dúvidas sobre qual seria a melhor forma e sobre a necessidade de uma desvalorização. De acordo com ele, alguns economistas - e até setores dentro do próprio governo Fernando Henrique, parecem pensar que a única saída para o País seria uma máxi. "Esses partidários da desvalorização podem, paradoxalmente, desfavorecer a aprovação do Plano de Estabilização Fiscal ou torcer contra o ajuste bem-sucedido, porque, sem ele, a máxi pode aparecer como única solução para o Brasil", alerta Winograd, também professor visitante da PUC-Rio.

Ele diz que uma maxidesvalorização no País tem grande probabilidade de terminar em fracasso.

Uma medida dessas traria como risco um choque inflacionário e a rápida reindexação da economia. Resultado disso seria o colapso do plano de estabilização. Outra alternativa do governo seria a ampliação moderada da desvalorização mensal dos atuais 0,7% para 0,9%, chegando a uma desvalorização anual de 12%. (AE)



E XECUTIVO
PODERIA FAZER
DESVALORIZAÇÃO
PREVENTIVA JÁ

Ministérios discutem corte de gastos

BRASÍLIA - O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse, ao sair do ministério, que na reunião de ontem de manhã no Palácio da Alvorada, que durou quase três horas, foram discutidos os cortes no Orçamento da União do próximo ano.

Ele afirmou que, em relação ao seu ministério, foi discutido o programa de redução de custo dos Correios. O ministro disse que ain-

da está sendo analisado o volume de cortes para essa estatal.

Mendonça de Barros evitou dar mais detalhes da reunião, da qual participaram também os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Paulo Paiva, da Casa Civil, Clóvis Carvalho, o presidente do BNDES, André Lara Rezende, e o secretário da Câmara de Comércio Exterior, José Roberto Mendonça de Barros. (Gustavo Paul)